

**AMANDA ESPIÑEIRA**

**PROTEÇÃO  
DE DADOS  
PESSOAIS**

**DIÁLOGOS JURÍDICOS E  
CULTURAIS ENTRE A  
UNIÃO EUROPEIA E A  
AMÉRICA LATINA**

**EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2025**

# Sumário

<b>1 Introdução: Contextualização da Proteção de Dados Pessoais na União Europeia em diálogo com a América Latina .....</b>	<b>1</b>
<b>2 Desenhos Metodológicos.....</b>	<b>25</b>
2.1 Relato de campo .....	40
2.1.1 Pesquisa empírica: ida aos países “ <i>in loco</i> ” .....	41
2.1.2 Pesquisa Bibliométrica sobre a temática na Scopus .....	47
<b>3 A Polissemia do Conceito de Proteção de Dados Pessoais.....</b>	<b>55</b>
3.1 Apresentação de conceitos e categorias de análise: referenciais teóricos.....	61
3.2 Privacidade e Proteção de Dados: necessária separação conceitual.....	76
3.3 A Proteção de Dados e o Acesso à Informação Pública como direitos antagônicos e complementares .....	80
3.3.1 O Papel do Provedor de Justiça na União Europeia: perspectiva supranacional da proteção de dados pessoais e do acesso a documentos administrativos na UE .....	90
3.3.2 A relação entre a CNPD e a CADA: perspectiva nacional do Estado-Membro português .....	93
3.4 O Conselho da Europa e a Convenção 108+: regime internacional em convivência com a União Europeia .....	97

3.4.1 A adesão à Convenção 108+ como padrão de adequação europeia para a região latino-americana .....	99
3.4.2 Convenção de Budapeste e Directiva 2016/680 .....	105
3.5 A OCDE em relação à proteção de dados pessoais .....	111
<b>4 A Proteção de Dados na União Europeia: uma realidade ainda fragmentada após o RGPD .....</b>	<b>117</b>
4.1 Bases normativas da proteção de dados na União Europeia: perspectiva jusfundamental.....	120
4.1.1 Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia .....	123
4.1.2 Tratado da União Europeia .....	126
4.1.3 Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).....	127
4.2 O Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD – Regulamento UE 2016/679).....	128
4.3 O Regulamento UE 2018/1725 e a proteção de dados no contexto da União Europeia.....	141
4.4 Desenho Institucional da Proteção de Dados na União Europeia.....	142
4.4.1 O Comitê Europeu para a Proteção de Dados.....	144
4.4.2 A Autoridade Europeia para a Proteção de Dados .....	149
4.4.3 O Parlamento Europeu e o Conselho da UE como colegisladores e a atuação no tema da Proteção de Dados Pessoais .....	151
4.4.4 O Tribunal de Justiça da União Europeia: alguns entendimentos relevantes sobre o tema.....	157

4.5 Os Estados-Membros e as distintas realidades dentro da UE:  
análise do caso português na proteção de dados pessoais .....185

4.5.1 A Comissão Nacional de Proteção de Dados  
de Portugal (CNPD): atuação de Portugal  
como exemplo de um contexto nacional .....186

**5 A Proteção de Dados na América Latina e o papel  
da Rede Ibero-americana de Proteção de Dados..... 191**

5.1 Breve desenho regulatório de países: análise teórico-empírica  
dos modelos institucionais e atuação das Autoridades  
de Proteção de Dados na América Latina .....197

5.1.1 Argentina..... 200

5.1.2 Brasil..... 209

5.1.3 Colômbia.....216

5.1.4 Costa Rica ..... 220

5.1.5 México ..... 222

5.1.6 Panamá..... 228

5.1.7 Peru .....231

5.1.8 Uruguai .....233

5.1.9 Chile..... 240

5.1.10 Cuba ..... 246

5.1.11 Equador ..... 246

5.2 Tendência latino-americana de unificação das autoridades de  
controle: acesso à informação e proteção de dados pessoais .... 247

5.3 O fenômeno do efeito Bruxelas: a expansão do Direito da União Europeia para outras latitudes.....	257
5.3.1 A Influência da Diretiva 95/46 e do RGPD, na criação, aplicação e efetividade das leis de proteção de dados da América Latina .....	263
5.4 A composição e atuação da Rede Ibero-Americana de Proteção de Dados: Regulamento, Guias e Orientações da Rede .....	268
<b>6. Conclusão: o Efeito Bruxelas na Proteção de Dados na América Latina e o papel da Rede Ibero-americana na interlocução entre as regiões.....</b>	<b>283</b>
<b>7 Referências Bibliográficas .....</b>	<b>295</b>